

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

AS ENTRELINHAS DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Elizângela Patrício da Silva
elizpatricio@yahoo.com.br

Lidiane dos Santos Barbosa
lidibarbosa@rocketmail.com

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RESUMO

O presente estudo visa oferecer subsídios teóricos para favorecer a reflexão crítica sobre o processo de enfrentamento da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes através do discurso de profissionais – Psicóloga, Educadora e Assistente Social – responsáveis pelo atendimento às crianças vítimas de violência, em instituições de apoio, sendo uma municipal e a outra federal. Tivemos como objetivo, nesse estudo, identificar que concepções ou conhecimentos norteiam as ações dessas profissionais. Para constituição do *corpus* de análise foram feitas entrevistas com estas profissionais. A partir das marcas discursivas presentes nas sequências discursivas analisadas, identificamos que o conhecimento sobre violência intrafamiliar sexual compreendidos pelas profissionais supracitadas não é correlacionado ao processo sócio-histórico-cultural produzido e contextualizado ao longo da história, uma vez que não é levado em consideração as mudanças na concepção da infância, silenciando o fator sócio-cultural que influencia a produção das relações violentas no seio familiar. Verificamos, através dos discursos que a criança/vítima não é priorizada no atendimento e sim são priorizados os aspectos burocráticos que envolvem o ato violento, com isso a criança é transformada de vítima à ré. Para desenvolver esse estudo, lançamos mão dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de vertente francesa, analisamos a materialidade discursiva destas profissionais, considerando que suas ações são fundamentadas pelas práticas discursivas resultantes da formação profissional, assim como de ações produzidas no cotidiano, as quais se apresentam descontextualizadas das necessidades concretas das vítimas.

Palavras-chave: Discurso, Violência intrafamiliar, Crianças/adolescente e Atendimento.

INTRODUÇÃO

A violência intrafamiliar é um fenômeno social, que se apresenta como um tipo de violência dos mais comuns, exercidos contra crianças e adolescentes. Segundo Trindade e Silva (2005), de acordo com dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), 40 milhões de crianças, menores de 15 anos, são anualmente vítimas de diversas formas de violência e privação. Ela está presente nos vários pontos do planeta, imersa nas variadas culturas, e em meio às classes sociais das mais altas às mais baixas. Atravessa a história da humanidade, junto com todo o processo evolutivo da civilização. Assis (1994, p.126) em seu estudo historiográfico constata que “a prática do infanticídio era aceita pelas sociedades antigas, sendo facultado aos pais greco-romanos aceitar ou renegar o filho recém-nascido, condenando-o à morte”.

Quando a família tem como padrão de educação a violência, a criança é desconsiderada como sujeito de direitos, sendo submetida a uma relação de poder, que favorece a desigualdade de direitos. No caso da violência intrafamiliar, sendo um dos entes da família o/a agressor/a, essa relação é altamente hierarquizada. A criança passa a ser coisificada e utilizada pelo agressor como meio de obtenção de prazer sexual, no caso da violência sexual ou de descarga de estresse, no caso da violência física ou psicológica, que só são constatadas, na maioria das vezes em instituições especializadas.

Essas instituições às quais nos referimos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, como é o caso da violência intrafamiliar, têm seus serviços voltados para a promoção do bem-estar da vítima assim como para a sua família. Dependendo da necessidade dessa vítima e de sua família, as instituições denunciam, atendem, encaminham de acordo com cada caso. Atualmente, existem variadas instituições que atendem casos de violência, que visam o atendimento depois que ela ocorre, e em muitas delas há um trabalho também preventivo, ou seja, tentar evitar que a violência aconteça. O objetivo é de amenizar os danos causados pela violência, interromper as formas violentas das relações familiares, assim como oferecer estratégias de reconstrução ou até mesmo de construção dos vínculos familiares, como esclarece Gonçalves, Ferreira e Marques (1999).

Nosso objeto nesse estudo expõe a problemática da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, a partir do discurso das profissionais. Partindo dos pressupostos da AD, os discursos dos profissionais são, necessariamente, resultantes dos variados fatores que envolvem as condições de produção.

Nossa análise será pautada pelos caminhos da AD, a partir das várias categorias apresentadas para a análise dos textos expressos das práxis das profissionais que atendem às crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/METODOLÓGICA

Para atingir nosso objetivo, lançaremos mão dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) fundada por Michael Pêcheux, acrescendo uma interlocução com Lukács, Bakhtin e outros teóricos que refletem sobre a ideologia nos processos de significação. Na perspectiva da AD, um dos primeiros pontos a considerar é a constituição do corpus. Assim, nos apoiamos na concepção de corpus desenvolvida por COURTINE (1981), como um conjunto de seqüências discursivas estruturadas de acordo com um plano definido. Segundo o referido autor, um *corpus* pode ser constituído de diferentes formas: por uma ou várias seqüências discursivas produzidas por um único locutor ou por vários; por seqüências discursivas produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas ou heterogêneas. Tendo em vista o objetivo do nosso trabalho, nosso *corpus* está constituído em torno dos discursos de profissionais que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar. Nesse caso, tem-se a materialidade discursiva, a partir da linguagem oral.

A perspectiva teórico-metodológica adotada nos permite olhar o objeto de estudo considerando as determinações históricas e sócio-culturais, que, necessariamente, o influenciam, já que para a AD, o sujeito falante produz o seu discurso, que por sua vez também, é determinado historicamente. Dessa forma, o sujeito falante se apropria de uma linguagem que expressa a sua ideologia, algumas vezes, de forma consciente, outras vezes de forma inconsciente. E isso se dá de forma contínua, favorecendo, assim, uma determinada maneira de pensar e uma determinada maneira de agir.

O discurso, nessa perspectiva, é uma prática/ação do sujeito sobre o mundo, ou seja, segundo Cavalcante (1999), é uma práxis social, a qual é resultante da mediação das relações dos homens entre si. Mas nem todas as ações ou intenções do sujeito aparecem abertamente em seu discurso, ora os sentidos são selecionados ou descortinados, ora são excluídos, - de forma consciente ou inconsciente.

Sendo assim, o discurso é carregado de sentidos que são construídos ao longo da história humana, a partir das interações sociais do sujeito com a cultura, com a sociedade em um determinado contexto histórico, pois, como afirma Bakhtin (1982, p. 86), todo discurso “é constituído na sua tessitura, por milhões de fios ideológicos”.

O lugar social com o qual o sujeito se identifica e a partir do qual se expressa caracteriza, na AD, o conceito de Formação Ideológica. Segundo Cavalcante (2002, p.21),

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põe em jogo práticas associadas às relações de classe e constituem matrizes comuns a um conjunto de discursos que expressam

posições assumidas pelos sujeitos, em diferentes práticas sociais concretas. Cada formação ideológica contém, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas (FD).

De acordo com a supracitada autora as Formações Discursivas são lugares de dizer, domínios de saber, matrizes de sentido em que as Formações Ideológicas atuam. Assim sendo, estão em constante movimento de re-configuração, aproximando ou distanciando sentidos que podem/devem ser veiculados em uma conjuntura para manutenção de sua ordem ou para sua ruptura.

A ideologia assume, nessa perspectiva, um papel estruturador, selecionando e orientando o que terá maior ou menor valor conforme os interesses de classe.

Para tanto, faz-se necessário compreender a gênese e a função essencial da ideologia na reprodução do ser social, assim como a forma em que se apresenta na sociabilidade capitalista. Segundo Cavalcante (2002, p. 51), na práxis social,

a produção e reprodução da existência dos homens em sociedade é um processo que se dá a partir de posições teleológicas, que são uma especificidade do ser social. Ou seja, só o ser humano é capaz de pré-estabelecer um fim para seus atos e antever o resultado da sua ação.

Assim, conforme Cavalcante (op.cit., p. 54) “toda ideologia só existe em relação dinâmica e contraditória com as demais e em função de uma conjuntura (conceptual) concreta”. Cada formação ideológica será composta por uma, ou várias formações discursivas, que partindo de Pêcheux (1975) é aquilo que pode e deve ser dito, numa dada conjuntura. E também de acordo com a posição concreta de quem fala e para quem fala, visto que, conforme Orlandi (2001, p.86) “as situações de linguagem são reguladas: não se diz o que se quer, em qualquer situação, de qualquer maneira. Também não se pode entender o que se quer, de qualquer maneira em qualquer situação”.

O discurso nunca será neutro, pois é resultado da práxis de um ser social, que é afetado todo o tempo na interação com o mundo, e é apreendido no espaço coletivo, histórico, descentrado. Portanto, nessa perspectiva o sujeito discursivo não é fonte do que diz.

Está claro que não existindo neutralidade nas formações discursivas, conseqüentemente, não existirá neutralidade na situação que dará origem ao próprio discurso. A situação que dá origem à produção do discurso é denominada de Condições de Produção, que podem ser em sentido amplo e estrito. Pêcheux (1988) propõe essa categoria para indicar que o indivíduo não está livre, pelo contrário, está impregnado de concepções construídas de acordo com suas determinações sócio-históricas. As condições em sentido amplo representam o contexto das implicações históricas e culturais que afetam o sujeito. E as condições em sentido restrito são marcadas pelas condições imediatas que possibilitam a produção do discurso.

CORPUS DE ANÁLISE

Apresentaremos os textos a partir dos recortes feitos nas entrevistas aos profissionais. Chamaremos de Sequências Discursivas (SD) os textos provenientes das entrevistas realizadas a três profissionais, cuja pergunta norteadora foi “Quando você recebe uma criança ou adolescente, juntamente com sua família, vítima de violência sexual intrafamiliar, o que você faz?”. Foi entrevista uma educadora (SD 1), uma assistente social (SD 2) e uma psicóloga (SD 3).

SD 1 (Educadora):

“O meu papel como educadora, quando uma criança que seja vítima de violência sexual, geralmente ela vem sem a família, então a gente **aborda essa criança através de uma série de perguntas**, que por trás dessas perguntas você consegue tirar uma série de informações.” (grifo nosso)

O trecho nos possibilita a compreensão do atendimento da educadora enquanto ação investigativa, porque na sua fala, ela utiliza o trecho **abordar essa criança através de uma série de perguntas**. O termo usado representa uma linguagem comum a de policiais quando faz uma investigação a algum suspeito de crimes, ou seja, quando o policial “aborda” um suspeito.

SD2 (Assistente Social):

“Eu tomo uma entrevista inicial, **identifico a criança, colho nome, endereço, ponto de referência**, e em seguida é feito uma entrevista **para que se recolha os dados** mais inerentes a violência.” (grifo nosso)

Já no discurso da Assistente Social, compreendemos que o trecho **identifico a criança, colho nome, endereço, ponto de referência** indica ações exclusivamente burocráticas. Ao afirmar: **para que se recolha os dados**, ela corrobora com o que nos referimos.

SD 3 (Psicóloga):

Eu ouço os pais primeiro, faço uma anamnese, em um ou dois encontros, conforme necessário, **e depois, de fato, atendo a criança**. (grifo nosso)

As marcas discursivas aqui presentes indicam que a psicóloga materializa em seu discurso uma ação também burocrática, pois no trecho **eu ouço os pais primeiro, faço uma anamnese [...] e depois, de fato, atendo a criança** nos permite inferir que a ação é técnica e burocrática, desconsiderando a importância da vítima que é a criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrar em contato com a prática do atendimento às vítimas de violência, as profissionais expressaram as suas concepções construídas ao longo dos anos de suas

experiências pessoais e acadêmicas, recorrendo às situações passadas, aos constructos teóricos baseados em suas formações intelectuais.

Como constatamos nos discursos das profissionais, a reprodução dos papéis de vítimas, agressores e profissionais, estes, capacitados para atender e solucionar o problema, sempre vai acontecer. Já que vemos nos discursos formas de atendimentos focados em recolhimentos de dados para preenchimento de fichas, assim como práticas investigativas, quando, o real objetivo é oferecer o suporte necessário para a busca do enfrentamento por parte da criança ou adolescente que está sendo vítima.

As instituições acabam por exercer um papel fundamental na reprodução e na criação de outras “violências”, quando suas ações são mecânicas e desconstruídas de modelos teóricos norteadores de posicionamento crítico.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Simone G. de. **Crianças e Adolescentes Violentados: Passado, Presente e Perspectivas para o Futuro**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 126-134, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 3ªed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de O. **Implícitos e Silenciamentos como pistas Ideológicas**. In: Leitura: Revista do Programa de Pós-Graduação em letras e Linguística – UFAL. n. 30-jul/dez, Maceió, Edufal, 2002.
- _____. **Qualidade e Cidadania nas reformas da Educação Brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió, Edufal, 2007.
- GONÇALVES, Hebe S., FERREIRA, Ana L. e MARQUES, Mario JV. **Avaliação de serviço de atenção a criança vítimas de violência doméstica**. Revista Saúde Pública. 33(6): 1999. Disponível no site: www.fsp.usp.br/rsp, acesso em 02/12/2005.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP, Pontes, 2001.
- _____. **A leitura e os leitores**. Campinas-SP, Pontes, 1998.
- PECHÊUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas-SP, Pontes, 1990.
- TRINDADE, Jorge & SILVA, Milena L. **Crianças e adolescentes vítimas de violência: envolvimento legal e fatores psicológicos estressores**. In: TRINDADE, Jorge. **Direito da Criança e do Adolescente: uma abordagem transdisciplinar**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2005.